

Segurança vai ser rigorosa com lobistas

Preocupado com a possibilidade de os grupos de pressão estarem insatisfeitos e até revoltados com o projeto constitucional aprovado em primeiro turno de votac-ao...

Segundo Paulucci, até mesmo os turistas ficarão impedidos de circular pelas áreas adjacentes ao plenário...

Uma das grandes preocupações da segurança, de acordo com Paulucci, é evitar a formação de corredores poloneses pelos grupos de pressão...

A Câmara dos Deputados tem 130 mil metros quadrados de área construída, e o Senado outros 75 mil. Oitenta agentes de segurança da Câmara e entre 50 e 60 do Senado trabalham em revezamento em três turnos...

ARQUIVO



Arbage

Congresso já retoma ação na segunda

Depois de um mês de recesso parlamentar, iniciado a primeiro de julho, recomeça na segunda-feira, primeiro de agosto, mais um período de atividades legislativas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Embora não se tenha conseguido a convocação extraordinária do Congresso Nacional neste mês de julho, muitos parlamentares ficaram em Brasília, para as atividades da Constituinte, mas sem nenhuma sessão da Câmara e do Senado.

A partir de segunda-feira, quando a Câmara dos Deputados e o Senado Federal terão que se reunir, já que pela Constituição em vigor o recesso termina em 31 de julho, haverá novamente o trabalho paralelo da Constituinte com o Congresso Nacional.

Mas até que seja promulgada a nova Constituição, a prioridade será dada à Constituinte, que se reunirá para votação de segunda a quinta-feira, a partir de 13h30.

Eleições. Você precisa vencer. ASSESSOR PLUS

Governo define estratégia para o 2º turno

Vai usar força dos governadores para pressionar bancadas sobre os temas polêmicos

JULIO ALCANTARA



Reunião para negociar o segundo turno: ainda não se chegou às disposições transitórias, mas a anistia já é problema maior

Constituintes fogem e turista ocupa Congresso

Ao contrário dos dias de votação, quando circulam nas dependências do Congresso Nacional, os constituintes e os "lobistas", o dia de ontem foi marcado pela presença de muitos turistas, que queriam conhecer de perto a sede do poder legislativo.

É raro encontrar um parlamentar transitando pelos salões do Congresso, mesmo porque os constituintes estão liberados até as 13h30m de segunda-feira (dia 1º de agosto), quando terá início uma nova sessão de votação, em segundo turno, dos destaques e emendas ao projeto constitucional.

CONVENÇÕES

Na quinta-feira, logo após o término da sessão, a maioria dos 559 constituintes viajou para suas bases eleitorais com a missão de influir na escolha dos candidatos a prefeitos municipais de seus partidos.

Este é o último final de semana que os parlamentares têm para lutar pelos seus candidatos preferidos nas convenções municipais, que escolherão os pretendentes aos cargos de prefeitos e vereadores nas eleições de 15 de novembro deste ano.

Todos os partidos políticos que quiserem lançar candidatos às eleições municipais deste ano têm que

escolhê-los até o dia 7 de agosto, último prazo para a realização das convenções municipais, que escolherão os pretendentes aos cargos de prefeitos e vereadores nas eleições de 15 de novembro deste ano.

SEM REUNIÕES

O período dessas convenções começou em 15 de julho, mas a maioria dos partidos deixou para a última semana a realização delas. Entre os constituintes que estiveram ontem no Congresso, estavam, os presidentes da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e do PSDB, Humberto Lucena, e os líderes do PMDB, Ibsen Pinheiro, e do PSDB, Artur da Távola.

Não está prevista nenhuma reunião das lideranças partidárias, na Constituinte, para este final de semana. A próxima reunião das lideranças ocorrerá na segunda-feira, a partir de 13 horas, no gabinete do líder do PMDB, deputado Nelson Jobim, para a sequência da análise das matérias a serem votadas no decorrer da semana.

No domingo o presidente da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, estará assumindo internamente a Presidência da República, durante a viagem que o presidente José Sarney fará à Bolívia.

Jutahy diz que País "está sem governo"

"O País não ficará ingovernável com a nova Constituição. O País está sem governo há muito tempo, o que é uma coisa bem diferente". O desabafo é do senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), ao comentar a crise iniciada com o pronunciamento do presidente José Sarney, criticando o trabalho dos constituintes e que provocou uma dura resposta do deputado Ulysses Guimarães e a demissão de três ministros do PMDB — Renato Archer, Luiz Henrique e Celso Furtado.

Para Jutahy, o governo está criando uma crise artificial, com o objetivo de se tirar daí algum proveito, de desviar a atenção da população dos "erros cometidos por uma administração desastrosa, de uma inflação astronômica, que chega a 1,33 por cento ao dia". Segundo o senador baiano, estes problemas é que o presidente Sarney deveria estar explicando à população e não tentar "transformar a Assembleia Nacional Constituinte em bode expiatório para todos os males — passados, presen-

tes e futuros". Jutahy acha que a atitude de Sarney não foi gratuita, uma revolta momentânea, mas sim um gesto intencional. "Houve a intenção de se criar uma crise", dispara Jutahy, para quem é preciso a união de todos os políticos para superar esse problema. Ele prega também uma votação mais rápida no segundo turno da Constituinte e uma análise mais séria das questões polêmicas, que devem ser reformuladas.

O senador diz que um dos maiores males para o País foi a aprovac-ao dos cinco anos para o governo Sarney, pela Constituinte. E indaga, numa referência ao pronunciamento de Sarney: "Quem vai pagar a conta do mau governo que foi estendido por mais um ano?". E o próprio senador responde: "Quem vai pagar a conta, por sinal bem alta, é a sociedade. E vai ser paga pela irresponsabilidade de um governo que está levando o País a este caos na ordem econômica. Essa falta de competência custa caro ao País".

PDS recua e pretende agora manter anistia

O representante do PDS nas negociações com a liderança do PMDB, deputado Bonifácio de Andrada (MG), informou ontem que o seu partido está decidido a manter no texto constitucional a anistia aos micro, pequenos e médios empresários, a anistia dos débitos tributários e a estabilidade dos funcionários públicos. Isto representa um recuo da proposta apresentada à liderança do PMDB, na última reunião de negocia-

ção, num documento conjunto com as lideranças do governo e do PFL. Bonifácio de Andrada participou de praticamente toda a reunião das lideranças, no gabinete do líder do PMDB, deputado Nelson Jobim (RS), quando foi lido o documento com as reivindicações do governo, PFL e PDS.

Embora admitindo que o PDS constava como autor destas reivindicações no

documento entregue ao PMDB, Bonifácio de Andrada afirma que o partido trabalhará pela manutenção destes dispositivos. Não retificou a posição do PDS naquele momento porque estava mais interessado em discutir o processo de votação. Defendia a votação do projeto de Constituição por títulos, para ganhar tempo nas negociações, enquanto o PMDB preferia a votação global do texto.

O caos no Direito do Trabalho em São Paulo

GUIMARAES FALCAO

Quando foi aprovado no 1º Turno de votação da Assembleia Nacional Constituinte o dispositivo que restringe o Recurso de Revista ao T.S.T. aos casos de ofensa à literalidade da lei e da Constituição Federal, surgiu logo a indagação: quem uniformizará as decisões divergentes entre os Tribunais Regionais de Campinas e São Paulo (capital).

A perplexidade é maior ante a inexistência no sistema legal do País de qualquer solução para o grave problema da interpretação do Direito do Trabalho divergente no Estado que representa 50% de todo o movimento judicial trabalhista do Brasil. Não teremos solução, pois a nova Constituição não prevê a possibilidade de instalação de um Tribunal Superior Regional com jurisdição apenas no Estado de São Paulo, única hipótese que se poderia cogitar, pois de forma expressa a nova Carta Magna acaba com a função uniformizadora do T.S.T., que é chamado, hoje, precisamente para resolver tais problemas.

Ainda é possível, através de instrumentos processuais do C.P.C. de 1973 chegar à uniformização interna da jurisprudência de cada T.R.T. particularmente, mas positivamente ninguém ainda conseguiu apontar a mágica solução para o problema de São Paulo onde os Tribunais Regionais de Campinas e da Capital jurisdicionam as mesmas categorias profissionais e patronais.

Aqueles que não vivem os problemas trabalhistas indagam qual o problema com as divergências entre os dois Tribunais Regionais do Trabalho em São Paulo?

Em recente seminário jurídico realizado em São Paulo, iniciativa da Federação de Hotéis, Restau-

rantes, Bares e Similares do Estado de São Paulo, com a presença da Federação respectiva dos Trabalhadores, debatia-se algo que para muitos é singular, mas que para as categorias profissionais e patronal é de grande importância: A GORJETA.

A singela gorjeta, paga espontaneamente pelo cliente ou acrescida na conta, tem reflexos importantes de natureza fiscal, tributária, previdenciária e trabalhista.

No Estado de São Paulo 150.000 estabelecimentos empresariais, empregando 2.000.000 de trabalhadores, vivem constantemente às voltas com a gorjeta, importante parcela da remuneração dos empregados. No seminário realizado no dia 19 de julho p.p. os dois Tribunais Regionais existentes no Estado de São Paulo se fizeram representar por Juizes que manifestaram as interpretações das duas Cortes Regionais sobre a gorjeta. Antes mesmo de promulgada a nova Carta Magna empresários e trabalhadores do importante e disseminado setor de hotelaria, turismo e alimentação do Estado de São Paulo assistiram perplexos, por coincidência, as interpretações divergentes sobre o tema entre os representantes dos Tribunais Regionais de Campinas e de São Paulo (capital) sendo que neste Tribunal ocorreu divergência interna.

Qual o problema afinal?

A resposta foi dada pelos advogados das entidades sindicais presentes ao seminário jurídico que ressaltaram estar na consulta diária feita pelos associados, tanto de trabalhadores como de empresários, o trabalho maior de orientação jurídica feito pelas assessorias dos sindicatos.

Ponderaram ser indis-

pensável a existência de uma súmula de jurisprudência uniforme para que seja dada a resposta às consultas de trabalhadores e empresários sobre as dúvidas existentes na interpretação da lei trabalhista que diariamente surge no ambiente de trabalho.

É óbvio, portanto, que em São Paulo, onde surgem 50% dos conflitos trabalhistas e onde está o movimento sindical mais expressivo e atuante do País a lei trabalhista tem que ter uma interpretação uniforme em todo o Estado, o que não acontecerá caso permaneça o texto do parágrafo 2º, do artigo 117 do projeto. O resultado será o caos, a indefinição, do Direito do Trabalho em São Paulo.

Felizmente, os reclamos das Confederações Nacionais dos Trabalhadores e de empresários, de juristas e professores de Direito do Trabalho, de advogados de empregados e de empresários foram escutados pelos Srs. Constituintes, tanto que doze (12) deles apresentaram emendas supressivas e o mais importante e auspicioso, receberam parecer favorável do nobre deputado Bernardo Cabral, digno Relator-Geral da Assembleia Nacional Constituinte. Percebe-se que os Srs. Constituintes sentiram que as consequências do texto aprovado são graves e o quanto é importante para as entidades sindicais de trabalhadores e de empresários um Direito do Trabalho interpretado de uma única forma no Estado de São Paulo e em todo o Brasil.

O ministro Guimarães Falcão, do T.S.T., ex-corregedor-geral da Justiça do Trabalho.

Guimarães Falcão, ministro do Tribunal Superior do Trabalho, é corregedor-geral da Justiça do Trabalho

Foi para estabelecer uma estratégia de votação no segundo turno da Constituição, especialmente no que se refere aos pontos mais polêmicos, que o presidente Sarney reuniu-se, ontem, com o Conselho Político do Governo, logo após a solenidade de posse do novo ministro da Previdência e Assistência Social, Jader Barbalho.

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, escolhido porta-voz dos membros do Conselho garantiu que já existe um consenso para supressão de alguns pontos: a anistia fiscal, a anistia para os micro e pequenos empresários e produtores rurais e para o artigo que trata da aposentadoria dos marajás, "só para citar três exemplos".

ESTRATEGIA

A estratégia do Governo para o segundo turno de votac-ao da Constituinte, estabelecida durante a reunião do Conselho Político, foi a seguinte: avaliar os pontos essenciais e aqueles menos importantes e, a partir desta definição, desencadear uma ação junto aos partidos políticos e os governadores — que por sua vez pressionarão suas respectivas bancadas — para fazer o possível no sentido de estabelecer um consenso em torno dos pontos que devem ser suprimidos do texto aprovado no primeiro turno.

Quanto aos pontos consensuais, a estratégia do

Governo é de somente se preocupar com eles na hora da votação. Todo o esforço ficará concentrado nos pontos sobre os quais não há consenso para supressão. Entre esses, os artigos que determinam a transferência de 60 por cento da arrecadação do PIS e 80 por cento da receita do Finsocial, para a seguridade social.

O líder afirmou que o problema da reforma ministerial não foi tratado na reunião do Conselho Político. Mas ele acredita que não haverá novas substituições além das três ocorridas esta semana, nos Ministérios da Previdência e Assistência Social, Ciência e Tecnologia, e da Cultura. "A não ser que outros ministros apresentem seus pedidos de demissão", ressaltou. Segundo ele, o nome dos novos ministros somente serão anunciados após o retorno de Sarney da Bolívia.

Participaram da reunião do Conselho Político, os líderes Carlos Sant'Anna do Governo na Câmara, e Saldanha Derzi, no Senado, e os ministros, Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente; Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Jader Barbalho, da Previdência e Assistência Social; João Alves, do Interior; Borges da Silveira, da Saúde; José Reinaldo, dos Transportes; Costa Couto, do Gabinete Civil, e o general Ivan de Souza Mendes, do SNI.

Ulysses engana a esquerda, diz ACM

ARQUIVO

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, afirmou ontem, após a posse do ministro da Previdência, Jader Barbalho, que no episódio do discurso em resposta ao presidente Sarney, o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, "fez uma jogada política" porque, segundo afirmou, "está querendo enganar o pessoal da esquerda do PMDB".

Antônio Carlos não quis, contudo, analisar se Ulysses saiu ou não fortalecido do episódio, afirmando: "Já vi o doutor Ulysses forte, fraco, médio, de modo que não posso dizer como ele está agora".

— O deputado Ulysses Guimarães continua com um pé no Governo? — perguntou um repórter, referindo-se à permanência de ministros do PMDB no Governo.

— Só sei que domingo ele estará com os dois pés — respondeu, bem-humorado, o ministro, numa referência ao fato de Ulysses assumir domingo a Presidência da República, com a viagem do presidente Sarney à Bolívia.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Louren-



Antonio Carlos

ço, reconhece por sua vez que Ulysses saiu fortalecido do episódio e, por outro lado, afirma que "o Governo ficou melhorado, com mais unidade" depois da saída dos ministros ligados ao deputado Ulysses Guimarães, em especial Renato Archer, cuja demissão vinha pregando há meses.

Só o TST tira Pazzianotto

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, considera que o presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães saiu "extremamente fortalecido" da crise política deflagrada esta semana, e que resultou na saída de três ministros ulysistas — Renato Archer, da Previdência Social, Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia, e Celso Furtado, da Cultura. Como consequência, Pazzianotto acredita que Ulysses será imbatível na convenção nacional do partido, marcada para o próximo dia 21.

Indagado se ele, como ministro do PMDB iria seguir o exemplo de seus colegas, ou seja, pedir exoneração do cargo, respondeu: "Não. Eu vou para o Supremo Tribunal do Trabalho (referindo-se à vaga no Tribunal Superior do Trabalho que pediu ao presidente Sarney). Fui um ministro escolhido pelo presidente Tancredo Neves, fiquei honrado de ter sido mantido por Sarney. Sou uma pessoa que preserva uma certa independência. Sou um peemedebista leal, mas tenho decic-oes próprias".

COLORIDO OPOSICIONISTA

Ao explicar porque entende que o Dr. Ulysses saiu fortalecido com a crise política desta semana, Pazzianotto disse que ele assu-

miu uma posição oposicionista muito semelhante àquela tomada pelo grupo que saiu do PMDB e foi para o PSDB. "O presidente Ulysses Guimarães assumiu um colorido oposicionista mas continua no Governo. E, na verdade, o presidente do PMDB que convém ao Governo".

— Ministro Pazzianotto, o senhor acredita que toda esta crise, que resultou na aprovação do texto do projeto aprovado no primeiro turno, sem qualquer acordo para supressão de pontos inaceitáveis pelo Governo, e na saída de três ministros foi planejada pelo deputado Ulysses Guimarães, pensando na Convenção do PMDB?

— Em política, nada acontece por acaso. Principalmente saindo da cabeça do Dr. Ulysses. De acordo com sua análise sobre a crise, o ministro disse que acredita numa normalização das relações entre o Governo e o PMDB. "Essas relações nem sempre foram marcadas por uma harmonia total. Têm sido relações difíceis, em alguns casos quase houve um rompimento. Mas, quando se afigura uma situação de ruptura, tanto do lado do Governo quanto do PMDB, há sempre um esforço para reverter este quadro. Por isso acredito na normalização das relações" concluiu Pazzianotto.